



Exma. Senhora
Dra. Catarina Gamboa
Chefe de Gabinete do Secretário de Estado
dos Assuntos Parlamentares
Palácio de São Bento
1249-068 Lisboa

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
1162 Ent. 2065	30.03.2021	N.º: ENT.: 1724 PROC. 01.02.01 (CDS/PP)	27.04.2021

Assunto: Pergunta n.º 1703/XIV/2.ª (CDS-PP) - “Falta de obras e manutenção nos museus públicos”

Na sequência da Pergunta n.º 1703/XIV/2.ª, apresentada pela Sra. Deputada do CDS-PP, sobre alegada “Falta de obras e manutenção nos museus públicos” prestam-se os seguintes esclarecimentos:

Há várias décadas que não existe em Portugal um plano coerente e estruturado de reabilitação do património cultural e histórico a nível nacional.

Em todo o país, existem museus, palácios, monumentos e equipamentos culturais que requerem intervenções de fundo, quer na sua componente edificada base, quer de modernização das infraestruturas e equipamentos técnicos, tendo em vista a melhoria da eficiência energética e da eficiência hídrica na manutenção dos seus jardins, parques e espaços anexos, nomeadamente como estratégia de adaptação às alterações climáticas.

Este governo considera premente que Portugal planeie e invista, de forma estruturada, na reabilitação e preservação do seu património cultural imóvel, combatendo o agravamento da obsolescência do desempenho energético dos seus equipamentos culturais.

Privilegiar a eficiência energética assume um particular desafio nos equipamentos culturais e no património classificado imóvel, edifícios onde os consumos energéticos são sempre um custo relevante, pela necessidade de manter condições ambientais estáveis de iluminação, temperatura e humidade, por forma a assegurar o ambiente adequado à preservação das coleções que albergam nos seus diversos espaços de exposição e reservas.



O investimento em património cultural imóvel é, ademais, decisivo para o futuro do património cultural móvel e integrado, promovendo desta forma a sustentabilidade das coleções a longo prazo, com impactos muito relevantes na coesão económica, social e territorial do país.

Nestes termos confirma-se que foi já realizado o diagnóstico em todos os museus, palácios e monumentos imóveis sob a tutela da Direção-Geral do Património Cultural e Direções Regionais de Cultura, com a identificação e caracterização das necessidades de intervenção, bem como a definição concreta das prioridades e respetiva calendarização dos investimentos, tendo em vista a realização a breve prazo de intervenções em património cultural classificado distribuído por todo o país, abrangendo um universo de 46 museus, palácios e monumentos, universo que inclui monumentos e museus emblemáticos como o Mosteiro dos Jerónimos, o Museu Nacional de Arqueologia a Torre de Belém, o Museu Nacional de Arte Antiga ou o Museu do Azulejo, com um valor total de investimento previsto superior a 148 Milhões € a financiar através do PRR com um horizonte temporal até 2025.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete,

Sara Gil